

Deputados pedem reajuste salarial

REIVINDICAÇÃO DOS PARLAMENTARES INCLUI "MELHORA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO" E AUMENTO DA VERBA PARA ASSESSORES

Um manifesto de mais de 370 deputados que exigem "melhores condições de trabalho" e aumento de salário e de suas verbas de gabinete está circulando nas mãos dos parlamentares sem conseguir chegar à Mesa da Câmara. O líder do movimento reivindicatório, deputado Severino Cavalcanti (PFL-PE), pretendia entregar ontem o documento ao presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), durante reunião da Mesa, mas o encontro foi cancelado. Os parlamentares recebem, hoje, R\$ 8 mil.

Luís Eduardo já afirmou que não atenderá os pedidos feitos pelos deputados. De acordo com a Constituição, o aumento de salário de deputados e senadores só pode ocorrer na época de reajuste do funcionalismo público. Fora deste prazo legal, os vencimentos só podem ser aumentados uma vez a cada quatro anos, no fim da

legislatura, para terem validade pelo próximo quatriênio. Os deputados que pedem acréscimo nos salários tomaram posse há apenas cinco meses.

Um dos vice-presidentes da Câmara, Beto Mansur (PPR-SP), declarou que é contra a concessão de qualquer vantagem adicional para os parlamentares: "Como o salário não pode ser aumentado, alguns tentam elevar a verba do gabinete, o que é desmoralizante". Segundo ele, a Câmara é uma "casa política" e, como tal, tudo o que faz tem repercussão política. "Seria um desastre aumentar a verba de gabinete, como querem alguns", afirmou.

Mansur disse, ainda, que mesmo o aumento da verba de gabinete de nada serviria, porque o dinheiro serve apenas para pagar servidores. De acordo com ele, se o parlamentar decidisse ficar com parte da verba poderia até perder

o mandato, porque os deputados não têm nenhum poder de repasse do dinheiro, embora possuam a prerrogativa de escolher seus auxiliares. A destinação destes recursos é responsabilidade da diretoria da Câmara dos Deputados, que controla a verba de R\$ 10 mil, usada para a contratação de até 16 funcionários.

De acordo com o vice-presidente da Câmara, o motivo que pode estar levando os deputados a defender o aumento da verba de gabinete é a possibilidade de contratação de um número maior de parentes. Assim, não se resolveria o problema do salário do deputado, mas da renda familiar. Existem dezenas de parlamentares que contratam seus cônjuges, filhos, tios e até pais nos gabinetes, como é o caso do deputado Nilson Gibson (PMN-PE) e do senador Gilvan Borges (PMDB-AP).

João Domingos/AE